

**NOVAS PRODUÇÕES DE FABRICO LUSITANO:
PROBLEMÁTICAS E IMPORTÂNCIA ECONÓMICA**

R. MORAIS

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

C. FABIÃO

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1.- Problemática.

No contexto da produção de ânforas na Península Ibérica, a Lusitânia tem assumido uma condição singular. De facto, contrariamente ao que sucede com a Tarraconense ou com a Bética, não dispomos de elementos seguros sobre eventuais fabricos datáveis do período tardo-republicano ou mesmo dos inícios do Principado, nos centros produtores conhecidos. Assim, colocava-se uma questão importante: ou, por um qualquer motivo desconhecido, o fabrico de ânforas na Lusitânia ter-se-ia iniciado somente no reinado de Tibério ou Cláudio, pelo menos, fazendo fé nas propostas até à data apresentadas, isto é, num momento substancialmente mais tardio do que o verificado nas restantes províncias hispânicas, facto tanto mais insólito, quanto se verifica, em vários outros domínios, uma evidente aproximação às dinâmicas históricas das áreas meridionais ocidentais; ou, pelo contrário, existiria também uma produção de ânforas de cronologia anterior que, no entanto, não tinha ainda sido identificada, devidamente tipificada e datada, por manifesta falta de dados concretos.

Uma nova perspectiva para esta questão foi suscitada pela reconhecimento em diversos contextos arqueológicos de cronologia tardo-republicana ou augustana de ânforas de evidente fabrico lusitano, pelas características das suas pastas, de presumível inspiração itálica, com corpo ovóide, colos e asas curtas, e outras formas coevas, de colo e asas mais alongadas, análogas às formas Haltern 70 e, provavelmente, Dressel 7, e notórias semelhanças com as conhecidas formas produzidas na Tarraconense e na Bética.

Apesar de ainda não se terem identificado na Lusitânia, de uma forma inequívoca e categórica, os centros oleiros que fabricaram estas ânforas, algumas hipóteses se podem aventar, a partir da reavaliação da informação disponível.

Um estudo recentemente apresentado por um dos signatários (Morais, 2003, 36-40), sobre fragmentos de ânfora de morfologia ovóide, recolhidos em povoados da Galiza (Castro de Panxon, Montecastro e Castro de Vigo, Vigo) e da região entre os rios Minho e Douro (Castro de Santa Luzia e Castro da Terronha, ambos em Viana do Castelo; Porto – R. da Banharia e Aljube; Casto de Fiães, Vila da Feira), permitiu evidenciar a importância destas formas no contexto das produções lusitanas presentes nestes locais; e sugerir uma

cronologia mais precoce para o início do fabrico destes contentores cerâmicos de evidente tipologia romana. Achamos relevante sublinhar o carácter plenamente romano destas formas, uma vez que existem indícios de que, em épocas anteriores, em algumas zonas do ocidente, se poderão ter fabricado ânforas com morfologias inspiradas nos modelos púnicos, como em Castro Marim (Arruda, 1997, 108) ou na área de Alcácer do Sal (Diogo, Faria, 1990, 92).

Mais recentemente a ideia de que poderia haver uma fase mais antiga na produção de ânforas no extremo ocidente peninsular de tipologia romana tem ganho maior consistência graças a diversos outros contributos que dão notícia de fragmentos, eventualmente, pertencentes a esta primeira fase da produção, uma vez que não se enquadram nas tipologias bem conhecidas e datadas. Estão neste caso algumas das ânforas provenientes da Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas, Bargão, 2004), das quais destacámos cinco peças datadas dos inícios do período imperial, com as características molduras sob o bordo, incluídas no tipo Dressel 7 e integradas no Fabrico 1 A (atribuído às olarias do Sado Jusante e Tejo) e no Fabrico 2 (de proveniência incerta) de origem lusitana (Arruda, Viegas, Bargão, 2004, n.º s 25; 28; 30-35). A estas haveria a acrescentar, ainda, um significativo conjunto de fragmentos provenientes das antigas escavações sem contexto do Castelo de Alcácer do Sal e atribuídas à primeira fase de produção do vale do Sado, salientando os autores a sua “similitude com os protótipos Béticos, da forma Haltern 70 e do grupo das Dressel 7-11” (Pimenta, *et al.*, 2006); ou os exemplares encontrados nos níveis romanos republicanos escavados na Rua dos Correiros, em Lisboa (Bugalhão, 2001, 31-33 e Fig. 27).

Desta mesma cidade de Lisboa outros materiais se poderiam acrescentar, embora, infelizmente, sem que tenhamos informações sobre os contextos estratigráficos em que foram encontrados. De entre estes, merece especial destaque um, recolhido em circunstâncias não controladas arqueologicamente, em 1988, aquando da abertura da vala para implantação do interceptor geral de águas residuais da chamada baixa lisboeta. Trata-se de um bocal de ânfora, de colo e asas curtas, com um lábio marcado por uma tênue moldura. Atendendo às características do bocal, poderíamos supor que se trataria de um forma similar à Haltern 70, embora de inequívoco fabrico lusitano (n.º 1). Contudo, a dimensão do binómio colo e asas afasta-a claramente das dimensões “canónicas” daquela forma, de colos e asas mais alongadas. Por outro lado, o facto de dispormos, neste caso concreto, da totalidade do bordo, infelizmente, omisso na maioria dos restantes casos tratados, sobretudo daquelas que têm contexto seguro, confere especial interesse a este exemplar e permite reavaliar outros casos similares conhecidos, onde apenas o bordo se conservou.

Naturalmente, trata-se de materiais sem contexto e, por isso mesmo, de problemática interpretação, no entanto, faz sentido invocá-los, já que a expressão quantitativa da presença destes materiais, tal como a sua dispersão, sublinham devidamente estarmos perante uma verdadeira

Actas del Congreso Internacional *CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, *B.A.R. int. ser.* 1686, Oxford 2007, 127-133.

fase inicial da produção lusitana e não de um qualquer período experimental, como já foi sugerido (Mayet, Silva, 2002). Perante estes dados, estamos convictos de que não se trata de experiências, ou de tentativas incipientes, mas sim de uma autêntica etapa de fabrico, até ao momento não devidamente caracterizada e valorizada, na medida em que estes contentores viajaram para fora da sua área de fabrico, até presumíveis centros de consumo. Sublinhe-se, porém, que este modesto contributo, mais não é do que uma primeira chamada de atenção para uma realidade que carece de um estudo mais desenvolvido e aprofundado, desejavelmente, a partir de informações devidamente contextualizadas e estratigrafadas em centros produtores e locais de consumo.

2.- As Formas.

Apesar do estado de fragmentação dos exemplares conhecidos destas ânforas, maioritariamente representadas por bordos e outros fragmentos indeterminados de asas e fundos, podem, no entanto, individualizar-se dois exemplares de perfil completo e alguns fragmentos de parede e colo que permitem sugerir quais seriam os tipos principais, numa primeira fase de produção das ânforas lusitanas.

As ânforas ovóides foram registadas em diferentes estações da Galiza e actual território português, com particular destaque para alguns dos exemplares recolhidos nos Castros de Vigo e Santa Tecla (Pontevedra), no antigo Aljube da cidade do Porto e no Alentejo, no Castelo da Lousa (Mourão, Évora) (nº 2-14). Destes locais, cujas ânforas estão acompanhadas por materiais datáveis do período de Augusto, salientam-se os dois últimos: o primeiro, por corresponder a um potente aterro realizado na rua de S. Sebastião no momento da construção do edifício do Aljube no ano de 1749, com materiais datáveis do período de Augusto, destacando-se as ânforas Haltern 70, as *sigillatas* de tipo itálico e as paredes finas oriundas da Etrúria (vd. Morais; Carreras Monfort, 2003, 102, nota 103; Morais, 2005); o segundo, afigura-se ainda mais interessante, na medida em que se trata de uma fortaleza cujo *terminus ante quem* de ocupação não ultrapassa este mesmo período.

As ânforas análogas aos tipos Haltern 70 e, provavelmente, Dressel 7, igualmente documentadas nas produções de Peniche, encontram paralelo em dois exemplares de perfil completo, respectivamente depositados nos Museus de Vila Franca de Xira e Évora. O exemplar afim à forma Haltern 70 foi recentemente publicado por José Carlos Quaresma, juntamente com outras ânforas provenientes de recolhas ocasionais, realizadas por pescadores no rio Tejo (Quaresma, 2006) (Figura 1). O exemplar semelhante às produções béticas do tipo Dressel 7, parece estar representado pela ânfora nº 12 da tipologia de Dias Diogo, que segundo o autor corresponde à produção piscícola do Sado “fabricada durante um período muito curto, iniciando-se a sua produção nos finais do século I a. C.” (Diogo, 1987, 179-91) (Figura 2).

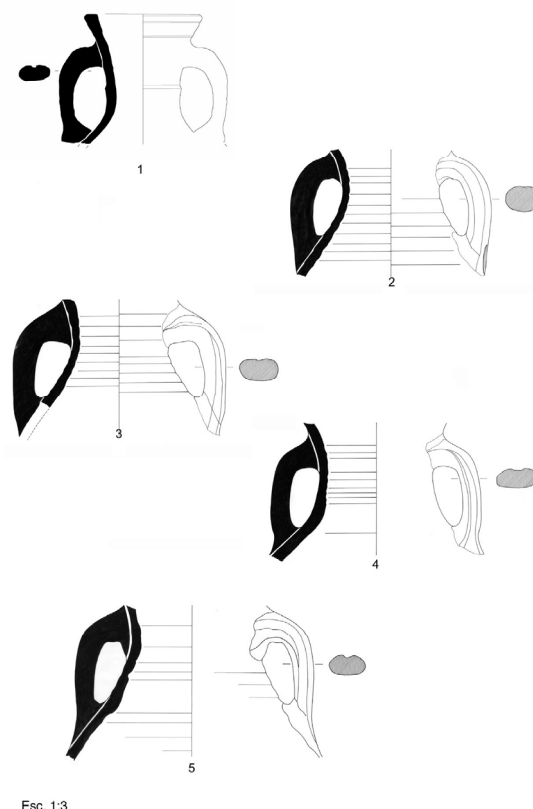


Figura 1.-

- 1- Lisboa (s/contexto – baixa lisboeta). Nº s/número.
- 2- Castro de Vigo (Pontevedra). Nº 2321.
- 3- Castro de Vigo (Pontevedra). Nº s/número
- 4- Castro de Vigo (Pontevedra). Nº 2709.
- 5- Castro de Santa Tecla (Pontevedra). Nº 1671.

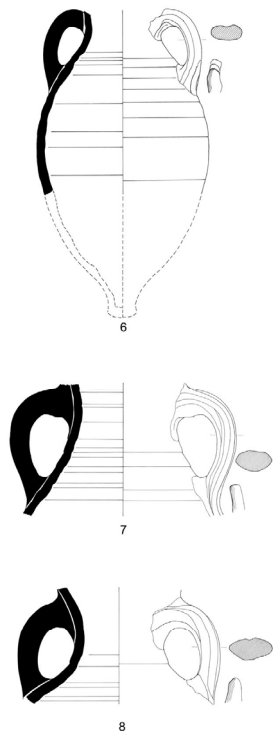
3.- Outras apreciações morfológicas sugeridas pelos fragmentos de bordo.

Das apreciações que acabamos de expor, a partir dos fragmentos ou exemplares conhecidos, não restam dúvidas acerca da produção de formas ovóides e outras de colos e asas mais alongadas, análogas às formas Haltern 70 e, provavelmente, Dressel 7.

No entanto, uma análise mais atenta de um conjunto numeroso de bordos atribuíveis a estas produções iniciais da Lusitânia sugere a presença de outras ânforas, igualmente conhecidas em formas análogas da Tarraconense e da Bética.

Como exemplo dessa diversidade, refira-se um conjunto de fragmentos recolhidos no Castelo da Lousa (Mourão, Évora) em contextos dos finais do século I a. C. e do período augustano, cujas características formais nos aproximam das ânforas ovóides. Trata-se de um conjunto diferenciado de fragmentos que, à semelhança da forma Lomba do Canho 67, tipificada por um dos autores (Fabião, 1989), possuem uma

característica moldura sob o bordo (nº 15-19), o que não significa, naturalmente, que se trate da mesma forma, produzida na Bética e Norte de África.



Esc. 1:3

Figura 2.-

- 6- Porto (Aljube). Nº 17335.
- 7- Porto (Aljube). Nº 17853.
- 8- Porto (Aljube). N. 29975.

Outros bordos, sem a característica moldura, encontram ainda algumas afinidades com os de ânforas de morfologia ovóide e outros seus contemporâneos que possuem colos e asas mais ou menos alongadas (nº 20-26).

A apreciação da diversidade de bordos que apenas acabamos de enunciar não pode, no estado actual de entropia que caracteriza esta fase das produções lusitanas, ser encarada como indicador de um ou de outro tipo específico. Na verdade, admitimos que no seu conjunto e até à recolha de fragmentos mais significativos, não deve atribuir-se uma tipologia concreta somente a partir dos bordos. Poder-se-ia, seguramente, encontrar outros paralelos ou outras formas com bordos aproximados, o que, naturalmente, conduziria a confirmar a precariedade e precocidade das apreciações tipológicas acima expostas. Como exemplo dessa diversidade, apresentam-se alguns fragmentos de bordo recolhidos noutras estações arqueológicas aqui já

referenciadas e que possuem características afins aos fragmentos recolhidos no Castelo da Lousa (nº 27-38).

De todos os sítios arqueológicos referidos, destaca-se ainda um conjunto muito abundante de opérculos de fabrico lusitano (c. de uma centena), recolhidas no depósito augustano do Aljube do Porto, com diâmetros compatíveis com o dos bocais das ânforas de fabrico lusitano igualmente aí documentados (nº 39-55).

4.- A existência de outros fabricos...

Este estado de entropia relativamente ao conhecimento destas primeiras produções lusitanas é, de momento, acrescido pela identificação de exemplares, cujo local de fabrico não corresponde a nenhuma das áreas de produção até à data identificadas. De entre estas destacamos alguns fragmentos recolhidos em contextos tardo-republicanos e augustanos do Castelo da Lousa, que possuem um fabrico característico das produções de cerâmica comum do Alentejo, nomeadamente com algumas cerâmicas de São Cucufate, ricas em minerais negros típicos do complexo gabro-diorítico de Beja (mais exactamente anfíbolos de hornblenda castanha, além de quartzos e feldspatos alcalinos e plagioclase). Trata-se de fragmentos que possuem uma característica moldura sob o bordo à semelhança de ânforas ovóides suas contemporâneas, em particular as ânforas Lomba do Canho 67, e fragmentos com um bordo análogo à forma Haltern 70 (n.ºs 56-60). A favor desta problemática refira-se a recente identificação de ânforas piscícolas com este suposto fabrico alentejano recolhidas nas *villae* romanas de S. Cucufate, enquadráveis nas produções médio e baixo imperiais do tipo Dressel 14 tardia, Lusitana 3 e Keay LXXVIII (vd. Pinto; Lopes, no prelo).

5.- Revisitando os centros produtores conhecidos.

A possibilidade de ter existido uma produção mais antiga de ânforas lusitanas, de morfologias já plenamente romanas é algo que tem “andado no ar”, embora, por falta de evidência empírica concreta, tenha acabado quase sempre por ficar somente no domínio das conversas e debates informais, sem assumir uma expressão escrita e publicada. Na recente síntese que um de nós apresentou sobre o tema da produção de ânforas na Lusitânia, o tema esteve uma vez mais em apreciação, assinalando-se a existência deste fase antiga, respectivamente, na ainda mal conhecida olaria do Morraçal da Ajuda (Peniche), em lugar indeterminado do baixo Tejo, nas olarias do Largo da Misericórdia e Pinheiro (Setúbal) e na de Abul (Alcácer do Sal); para o Algarve, ficava em aberto a possibilidade de uma fase da produção do centro oleiro do lugar dos Olhos, S. Bartolomeu de Castro Marim (Vila Real de S. António) poder também ser integrada nesta etapa (Fabião, 2004).

Em face dos novos dados disponíveis, estes casos são merecedores de uma reavaliação.

Em primeiro lugar, o Morraçal da Ajuda (Peniche), ainda somente conhecido por notícias preliminares (Cardoso,

Gonçalves, Rodrigues, 1998 e Cardoso, Rodrigues, 2002). Documentou-se, no local, o fabrico de ânforas com evidentes afinidades com as morfologias béticas, designadamente, formas próximas da Haltern 70, outras inseríveis na vasta “família” das Dressel 7-11, com exemplares de colos e asas curtas, indiciando eventuais formas ovóides. A produção local foi frequentemente marcada e a estampilha apresenta um *tria nomina* (L. ARVEN. RVSTICI), reveladora de que o centro oleiro estaria associado a um cidadão romano (Fabião, Guerra, 2004). A cronologia proposta é júlio-cláudia, embora seja importante frisar, uma vez mais, que se trata somente de notícias preliminares. Podemos, pois, admitir que o início da sua laboração se pudesse situar dentro do horizonte cronológico precoce que aqui tratamos (Figura 3).

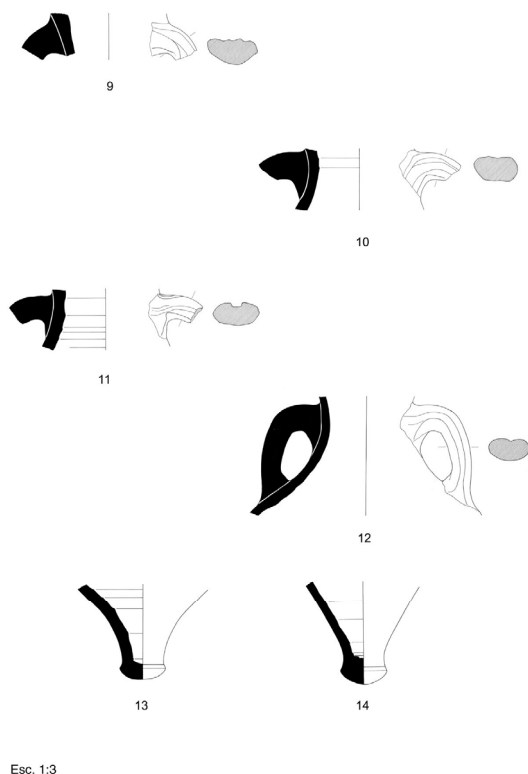


Figura 3.-

- 9- Porto (Aljube). N° 13451.
- 10- Porto (Aljube). N° 25236.
- 11- Porto (Aljube). N° 30040
- 12- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). N° 378/961/383.
- 13- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). N° 345.
- 14- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). N° 344.

Para o baixo Tejo, as dúvidas e interrogações persistem, até porque nas olarias conhecidas não existe uma evidência concreta desta fase antiga da produção, sendo esta intuída somente a partir de materiais recolhidos em diversos contextos e circunstâncias. Os novos dados entretanto conhecidos e atrás brevemente comentados, embora não

modifiquem, no essencial, o já exposto, multiplicam claramente o número de ocorrências registadas, reforçando ainda mais a ideia de que por estas bandas poderá também ter existido uma fase precoce de produção, em centros oleiros ainda desconhecidos.

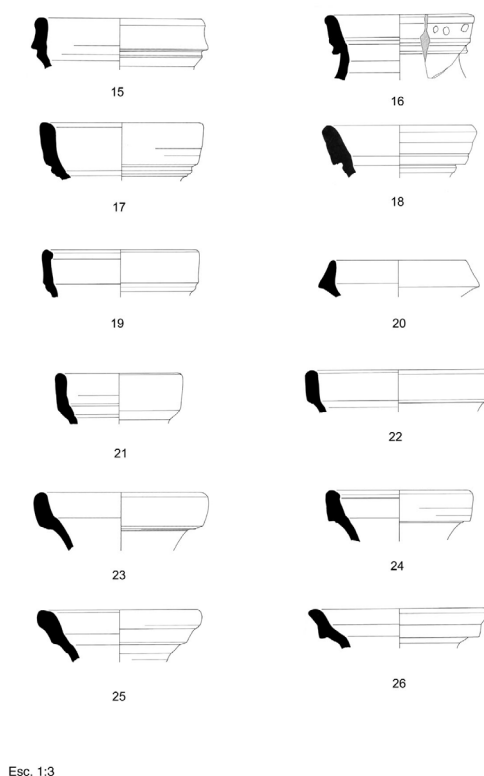


Figura 4.-

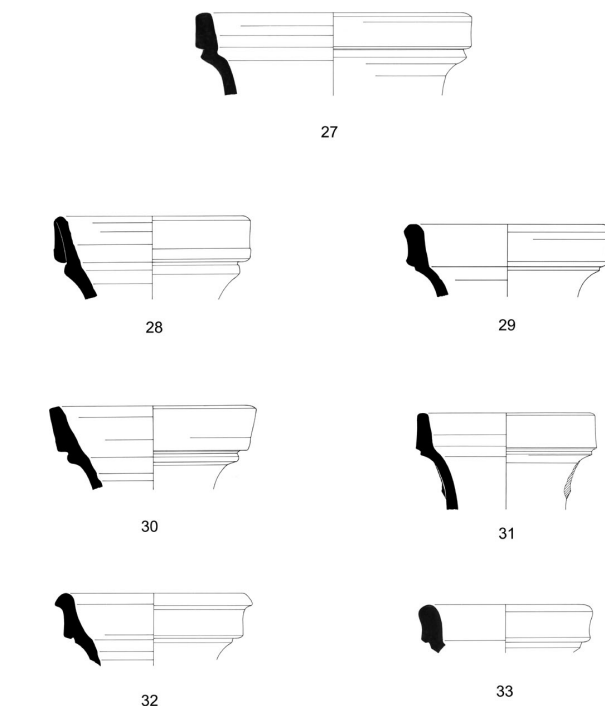
- 15- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 18,7 cm. N° 445.
- 16- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 16,5 cm. N° 435.
- 17- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 18 cm. N° 446.
- 18- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 17 cm. N° 858.
- 19- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 17 cm. N° 335.
- 20- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 15 cm. N° 441.
- 21- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 14 cm. N° 859.
- 22- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 20, 6 cm. N° 272.
- 23- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 16 cm. N° 334.
- 24- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 19 cm. N° 338.
- 25- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 18 cm. N° 333.
- 26- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: bordo 20 cm. N° 372.

No baixo Sado, também nada de substancialmente diferente haverá a assinalar. Gostariamos, contudo, de salientar os fragmentos de bordo documentados na olaria de Abul (Alcácer do Sal) que, à luz do exposto, poderão corresponder, de facto, a distintas morfologias de ânforas, desde as formas mais próximas da Haltern 70 e Dressel 7, até a eventuais formas ovóides, não detectadas nem assim descritas pelo estado excessivamente fragmentado do material (Figura 4) (Mayet, Silva, 2002); o mesmo se poderá dizer, relativamente aos fragmentos documentados nas restantes olarias, Largo da Misericórdia (Silva, 1996) e Pinheiro (Mayet, Silva, 1998). Merece um referência o facto

de se ter registado uma importante presença de materiais importados, associada à dita fase antiga, que sugeriu aos autores da escavação que se trataria de alguém exterior ao ambiente local, com óbvias ligações ao mundo itálico ou a outras áreas da Península Ibérica mais precocemente romanizadas (Mayet, Silva, 2002).

Finalmente, sobre o único centro oleiro do Algarve que poderá ter conhecido uma fase antiga de laboração, o de S. Bartolomeu de Castro Marim (V. Real de Santo António), também pouco haverá a acrescentar. Recorde-se que o local foi investigado nos finais do século XIX (Vasconcellos, 1898), pelo que não poderíamos esperar que o tipo de registo efectuado respondesse às modernas interrogações. Assinala-se, contudo, que, à luz da informação que ora tratamos, talvez não faça sentido continuar a procurar integrar as ânforas ali fabricadas no tipo Dressel 14, ainda que assinalando a sua singularidade. Fará de facto mais sentido retomar a velha ideia exposta por Miguel Beltrán Lloris, que incluiu estas produções algarvias no seu tipo I (Beltrán, 1970, 400-405) -onde agrupou também, como é sabido, a forma Haltern 70 e a sequência 7-11 da tabela de formas de H. Dressel-, embora tal ideia tenha sido posteriormente rejeitada pela totalidade dos autores que do tema se ocuparam, incluindo, por diversas vezes, um dos autores destas linhas. Como é óbvio, não queremos com isto propor o regresso de uma designação genérica em que já ninguém se revê, nem o próprio Beltrán, bem entendido, queremos sim salientar que aquela sugestão, no que respeita aos critérios formais e eventual âmbito cronológico, poderá estar muito mais perto da verdade, do que a (algo forçada) aproximação ao tipo Dressel 14 (Figuras 5 e 6) Uma vez mais, afigura-se interessante assinalar a existência de uma marca, com *tria nomina* (LFT) associada a este fabrico (Maia, 1979; Fabião, Guerra, 2004).

Pelo que fica exposto, parece claro que nada de surpreendente acaba por ter a proposta que aqui trazemos, uma vez que existia já uma significativa massa de dados sugerindo um fabrico precoce, genericamente datado dos finais do séc. I a.C. e primeiro terço da centúria seguinte, de ânforas lusitanas, com evidentes afinidades com os modelos béticos. O que agora acrescentamos é somente a possibilidade de toda essa produção poder ser, afinal, um pouco mais antiga. Interessante nos parece também o facto de se tratar de um fenómeno evidentemente associado a ambientes profundamente romanizados, quer pela presença de epigrafia anfórica de produção, com marcas nominais com *tria nomina*, como são os casos de Morraçal da Ajuda e S. Bartolomeu de Castro Marim, quer pelo notório registo de importações indiciadoras de um tal ambiente cultural, como se verifica em Abul. O cariz evidentemente romano das morfologias fabricadas só confirma esta ideia. De onde vem quem se instala naqueles locais já poderá ser uma questão de mais difícil resposta. Pela proximidade geográfica, somos tentados a propor uma deslocação de oleiros a partir da Andaluzia, já que as formas produzidas são, genericamente, análogas às fabricadas naquela região. Contudo, não excluíamos a possibilidade de se tratar de gentes oriundas de outras paragens, plenamente romanas.



Esc. 1:3

Figura 5.-

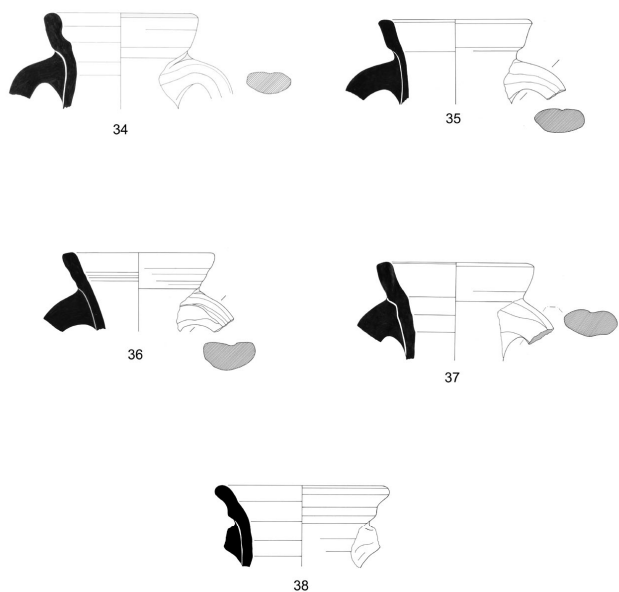
- 27- Castro de Panxón, Monte Castro (Pontevedra). Diâmetro: bordo 24 cm. N° 6792.
- 28- Castro de Santa Tecla (Pontevedra). Diâmetro: bordo 17 cm. N° 1984-85
- 29- Castro de Santa Luzia (Viana do Castelo). Diâmetro: bordo 18 cm. N° 1955.
- 30- Castro da Terronha (Viana do Castelo). Diâmetro: bordo 18 cm. N° 114.
- 31- Castro de Fiães (Vila da Feira). Diâmetro: bordo 15,5 cm. N° 38.02.287.
- 32- Porto (Aljube). Diâmetro: 17 cm. N° 13406.
- 33- Porto (R. da Banharia, 68-96). Diâmetro: bordo 15 cm. N° 459.

6.- O significado e a importância económica destas produções no contexto da Lusitânia.

A individualização destas ânforas para as últimas décadas do século I a. C. e o período de Augusto vem contribuir, no estado actual dos nossos conhecimentos, para uma melhor compreensão da sucessão cronológica e tipológica do processo de fabrico de ânforas romanas na Lusitânia, cuja produção e exportação remontaria assim, pelo menos, àquele período.

Este panorama vem, aliás, demonstrar que também a *Lusitania* desempenhou um papel importante na produção de bens alimentares, no caso presente, provavelmente, produtos

piscícolas, e que, à semelhança das áreas mais precoce e profundamente romanizadas da Andaluzia e da Tarraconense, esta província possuía um desenvolvimento económico que incluía uma componente de exportação e abastecimento de territórios exteriores, com recurso a contentores perfeitamente “romanizados”. A proximidade geográfica explicará a significativa expressão que estes materiais têm em contextos arqueológicos do noroeste peninsular.

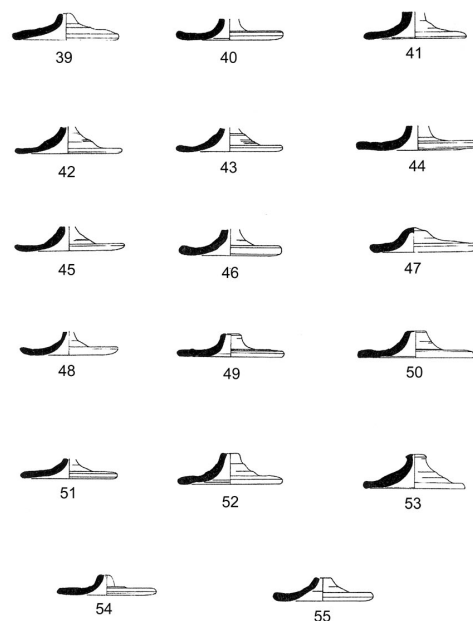


Esc. 1:3

Figura 6.-

- 34- Castro de Vigo (Pontevedra). Diâmetro: bordo 15 cm. N° 1002.
- 35- Castro de Santa Tecla (Pontevedra). Diâmetro: bordo 15 cm. N° s/número.
- 36- Castro de Santa Tecla (Pontevedra). Diâmetro: bordo 14,9 cm. N° s/número.
- 37- Castro de Santa Tecla (Pontevedra). Diâmetro: bordo 15,5 cm. N° s/número.
- 38- Porto (R. de São Sebastião). Diâmetro: bordo 17 cm. N° 1856.

A existência destas produções que tão precocemente imitam as restantes produções peninsulares e, em particular, as produções da Bética, parece sugerir que a relação com o mundo peninsular terá passado por uma deslocação de oleiros béticos para o ocidente peninsular. Este fenómeno, ainda não devidamente conhecido, não é, no entanto, um caso isolado. Refira-se, por exemplo, uma produção específica de Braga, conhecida por cerâmica “bracarense” que igualmente terá pressuposto a deslocação de oleiros vindo da Bética, conhecedores das formas específicas de paredes finas emeritenses e da *terra sigillata* daquela região (Morais, 2005, 320).



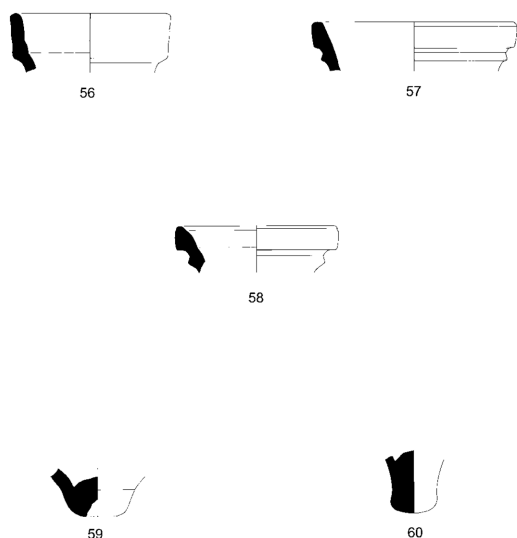
Esc. 1:3

Figura 7.-

- 39- Porto (Aljube). Diâmetro: 9,2 cm. N° 18121.
- 40- Porto (Aljube). Diâmetro: 9 cm. N° 22715.
- 41- Porto (Aljube). Diâmetro: 9 cm. N° 27280.
- 42- Porto (Aljube). Diâmetro: 9,2 cm. N° 33418.
- 43- Porto (Aljube). Diâmetro: 9,2 cm. N° 22713.
- 44- Porto (Aljube). Diâmetro: 10,6 cm. N° 14807.
- 45- Porto (Aljube). Diâmetro: 9,4 cm. N° 9494.
- 46- Porto (Aljube). Diâmetro: 8,8 cm. N° 18123.
- 47- Porto (Aljube). Diâmetro: 9,2 cm. N° 20233.
- 48- Porto (Aljube). Diâmetro: 8,4 cm. N° 5485.
- 49- Porto (Aljube). Diâmetro: 9,2 cm. N° 22714.
- 50- Porto (Aljube). Diâmetro: 10 cm. N° 1493.
- 51- Porto (Aljube). Diâmetro: 8,2 cm. N° 9492.
- 52- Porto (Aljube). Diâmetro: 9 cm. N° 1649.
- 53- Porto (Aljube). Diâmetro: 8,6 cm. N° 9491.
- 54- Porto (Aljube). Diâmetro: 8,6 cm. N° 9495.
- 55- Porto (Aljube). Diâmetro: 8,8 cm. N° 18124.

7.- Nota final.

Já depois de terminado e apresentado este trabalho, foi publicada a primeira notícia mais extensa sobre a olaria romana do Morraçal da Ajuda, em Peniche – Cardoso, G.; Rodrigues, S. (2005) *Olaria romana do Morraçal da Ajuda (peniche, Portugal)*, in: *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*, Bombarral: Museu Municipal do Bombarral / Câmara Municipal do Bombarral, 83-102. O referido trabalho em nada altera o que se escreveu, ainda que introduza maior complexidade no panorama das formas conhecidas, que carece de uma mais detalhada análise. Da leitura do artigo, apesar da grande profusão de ilustrações, resulta claro que nos encontramos ainda perante uma publicação preliminar da informação obtida.



Esc. 1:3

Figura 8.-

- 56- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: 15 cm. N.º 823.
 57- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: 20 cm. N.º 744.
 58- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). Diâmetro: 15,5 cm. N.º 743.
 59- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). N.º 821.
 60- Castelo da Lousa (Mourão, Évora). N.º 822.

Referências

- ARRUDA, A. M. (1997): “As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim”, *Arqueologia e História Antiga*, Edições Colibri, Lisboa, 13-17.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2004): “Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém”, *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana do Ocidente Peninsular. Homenagem a Françoise Mayet*, Setúbal, no prelo.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970): *Las Ânforas romanas de España*, Zaragoza: Monografías Arqueológicas, 8.
- BUGALHÃO, J. (2001): “A indústria romana de transformação e conserva do peixe em Olisipo”, *IPA, Trabalhos da Arqueologia*, 15.
- CARDOSO, G.; GONÇALVES, J. L.; RODRIGUES, S. (1998): “Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche”, *Al-Madan*, II série (7), Almada, 178-79.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2002): “4ª Campanha de sondagens arqueológicas na olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche)”, *Al-Madan*, II série, 11, 6.
- DIOGO, A. M. D. (1987): “Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 5, 179-91.
- DIOGO, A. M. D. E FARIA, J. C. L. (1990): “Fornos de cerâmica romana no vale do Sado. Alguns elementos”, Alarcão, A. Mayet, F. (eds.), *As ânforas lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio, Actas das Jornadas de Estudos realizados em Conimbriga em 13 e 14 de Outubro de 1988*, Paris, 173-186.
- FABIÃO, C. (1989): *Sobre as ânforas do acampamento de Lomba do Canho (Arganil)*, UNIARQ / INIC (Cadernos de Arqueologia, 1), Lisboa.
- FABIÃO, C. (2000): “Sobre as mais antigas ânforas “romanas” da Baética no Ocidente Peninsular”, in *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE...* (Sevilla - Écija, 17 a 20 de Dezembro de 1998), Vol. I, Écija, 665-682.
- FABIÃO, C. (2004): “Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”, in Bernal, D.; Lagóstena, L. (eds) *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C. – VII d.C.)*, vol. 1, Oxford, BAR 1266, 379-410.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004): “Epigrafia anfórica da Lusitânia: uma perspectiva”, in Remesal, J. (ed.) *Epigrafia anfórica – workshop de Barcelona 9-10 de mayo de 2003*. Barcelona, Univ. de Barcelona, 221-244.
- MAIA, M. (1979): As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim, *Clio*, 1, 141-151
- MAYET, F.; SILVA, C.T. (1998): *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*, Paris.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) - *L'atelier d'amphores de Abul (Portugal)*, Paris, Diff. E. De Boccard.
- MORAIS, R. (2003): “Problemáticas i noves perspectives sobre les àmphores ovoïdes tar-do-republicanes. Les àmphores ovoïdes de producció lusitana”, *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc*, 5, Girona, 36-40.
- MORAIS, R. (2005): *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Partes I a IV (tese de doutoramento apresenta em 2005 na Universidade do Minho), policopiada.
- MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2003): “Geografia del consum de les Haltern 70”, *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc*, 5, Girona, 93-112.
- MORAIS, R.; SCHMITT, A. (2005): “Late republican amphorae from Castelo da Lousa (Mourão, Évora, Portugal) of Lusitanian fabrics?”, *8 th European Meeting on Ancient Ceramics* (26-29 October 2005), Lyon, no prelo.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006): “Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 4: as ânforas”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, no prelo.
- PINTO, I.; LOPES, C. (2004): “Ânforas de villae alentejanas”, *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana do Ocidente Peninsular. Homenagem a Françoise Mayet*, Setúbal, no prelo.
- QUARESMA, J. C. (2006): “Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, no prelo.
- SILVA, C. T. (1996): “Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia”, in Filipe, G.; Raposo, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*, Lisboa, D. Quixote, 43-54.
- VASCONCELLOS, J. L. (1898): “Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim”, *O Archeólogo Português*, 4, 329-336.